Belo Horizonte, 26 de novembro de 2013.

Senhor Presidente,

tenho recebido manifestação de dezenas de juízes preocupados com o requerimento da OAB/MG, que sustenta a suspensão de prazos processuais, sessões, audiências e julgamentos, no período de 07 a 20 de janeiro, a iniciar-se em 2014.

A informação é de que a matéria foi apreciada pela Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, onde recebeu aprovação, com a possibilidade de ser submetida, nesta quarta feira, ao Órgão Especial deste Tribunal, para ser regulamentada no âmbito interno.

Como membro deste Tribunal tenho o dever de manifestar o meu sério receio de que essa medida possa vir a ser aprovada, com repercussão extremamente negativa para a nossa instituição, pois o cancelamento de milhares de audiências, julgamentos e suspensão de prazos processuais, além do prejuízo financeiro, em razão dos atos que se realizaram, envolvendo oficiais de justiça, servidores e a estrutura do Tribunal, atingirá severamente a prestação jurisdicional.

Não seria razoável imaginarmos que a OAB, que tanto lutou pelo fim das férias coletivas, de forma até agressiva à época, venha agora fazer esse pleito ignorando as suas conseqüências.

Não há a menor dúvida de que a OAB quer resolver um problema que ela mesma criou, e o fez diretamente no Congresso Nacional, e agora quer utilizar-se da boa-fé dos membros deste Tribunal para reparar o dano que causou à classe dos advogados, mas sem medir as conseqüências danosas ao Judiciário Mineiro.

O argumento de que em outros estados da federação estão adotando o recesso nesse período não é motivação necessária a nos comover, uma vez que há outra questão subliminar a essa, que diz respeito aos 60 dias de férias anuais. Essa é uma forma silenciosa de se buscar o fim dos 60 dias de férias.

Não se pode olvidar que a OAB sempre foi implacável com o judiciário em relação aos 60 dias de férias. No caso, estão agindo de forma inteligente, em todos os estados da federação, para implantarem o recesso de 30 dias. O próximo passo será a retomada da proposição de 01 período de 30 dias férias (documento anexo), ao argumento de que o judiciário já tem um recesso de 30 dias.

Na minha atuação associativa em Brasília essa é a conversa que mais ouço. Não querem assumir o equívoco que cometeram e, agora, utilizam-se do próprio Tribunal, como se fosse uma tentativa inocente de preservar a classe dos advogados, para nos atingir.

Assim como alguns estados – e são poucos - adotaram essa medida, outros, como Goiás, entenderam a forma sibilina de nos subtrair direitos, rechaçando a pretensão da OAB local. Essa é uma orquestração inteligente, da qual não podemos tomar parte.

Com o respeito que merece a OAB, deve ela buscar junto ao Congresso Nacional – onde se dirigiu para extinguir as férias coletivas - uma forma de reparar esse equívoco, assumindo, assim, todas as conseqüências dessa pretensão.

Essas são considerações que apresento para reflexão de vossa Excelência e dos membros do órgão Especial deste Tribunal.

Atenciosamente,

Nelson Missias de Moraes

Desembargador do TJMG

Excelentíssimo Senhor

Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES

DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BELO HORIZONTE - MG